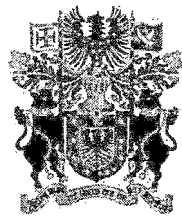


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

## RELATÓRIO

---

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 14/XI - RECOMENDA AO GOVERNO REGIONAL A  
ABERTURA DE CONCURSO PARA O CORTE, COMERCIALIZAÇÃO E REFLORESTAÇÃO  
DAS MATAS DE CRIPTOMÉRIA, EM ESTADO MATURAÇÃO ADEQUADO,  
PROPRIEDADE DA REGIÃO, NA ILHA DAS FLORES

PONTA DELGADA  
18 DE SETEMBRO DE 2017

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
: ARQUIVO	
Entrada	2909 Proc. n.º 109
Data:	07.09.18 N.º 14/XI



**TRABALHOS DA COMISSÃO**

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 29 de março de 2017, na Delegação da Ilha de São Miguel da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, e no dia 18 de julho de 2017, na Delegação da Ilha das Flores da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na vila de Santa Cruz, a fim de analisar e dar parecer sobre o Projeto de Resolução n.º 14/XI - Recomenda ao Governo Regional a abertura de concurso para o corte, comercialização e reflorestação das matas de criptoméria, em estado de maturação adequado, propriedade da Região, na ilha das Flores.

---

**1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

---

O Projeto de Resolução, cuja autoria pertence à Representação Parlamentar do PCP, foi apresentado ao abrigo da alínea d), do n.º 1, do artigo 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro – e nos termos do artigo 145.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e apreciado nos termos da alínea a) do artigo 42.º do referido Regimento.

---

**2.º. CAPÍTULO – APRECIÇÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE**

---

O proponente começa por referir que “As matas de criptoméria propriedade da Região Autónoma dos Açores possuem, para além de um inegável interesse ambiental, um potencial económico significativo que deve ser devidamente aproveitado.”

Acrescentando, em seguida, que “O desenvolvimento da fileira madeira da nossa Região pode ser de grande importância, não apenas em termos da geração de riqueza num sector sustentável que contribui positivamente para reduzir a nossa pegada de carbono, mas também para a criação de emprego, seja diretamente, seja através dos vários escalões da cadeia de valor que pode criar.”



## ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Acontece que, segundo o proponente, “na ilha das Flores, apesar de existirem abundantes matas de criptoméria, propriedade da Região, não foi lançado qualquer concurso para o seu corte, comercialização e replantação, ao contrário do que sucedeu nas ilhas de São Miguel e da Terceira.”

Ora, tal significa que se está a desaproveitar “uma oportunidade preciosa para as pequenas empresas locais criarem valor e gerarem emprego na ilha mais ocidental do Arquipélago dos Açores.”

Neste contexto, entende-se que “é da máxima importância e urgência o lançamento de um concurso para a o corte, comercialização, limpeza e replantação das matas de criptoméria madura, propriedade da Região, na ilha das Flores.

Assim, pretende-se, em concreto, através da presente iniciativa, **recomendar “ao Governo Regional que:**

- 1. Proceda urgentemente ao levantamento das matas de criptoméria, propriedade da Região, na ilha das Flores, em estado maturação adequado para o seu corte e comercialização;**
- 2. Proceda, com celeridade, à abertura de concurso público, ou a outra modalidade adequada, para o seu corte, comercialização e prestação de serviços para execução, imediata e concomitante da reflorestação das áreas cortadas.”**

### Diligências realizadas:

A Comissão Permanente de Economia deliberou proceder às seguintes audições:

- ❖ Secretário Regional da Agricultura e Florestas (SRAF);
- ❖ Presidente da Associação Agrícola da Ilha das Flores;
- ❖ Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores;
- ❖ Presidente da Câmara Municipal de Lajes das Flores;



- **A Comissão Permanente de Economia, no dia 29 de março de 2017, procedeu à audição do Secretário Regional da Agricultura e Florestas (SRAF), João António Ferreira Ponte, na delegação da ALRAA em São Miguel.**

O deputado Bruno Belo perguntou sobre os impactos na economia dos cortes de mata já realizados, bem como quais os mecanismos a implementar de forma a garantir que os rendimentos exploração das matas pudessem ficar na ilha das Flores, como uma mais valia social e económica. Questionou ainda sobre a existência de um cadastro ou mapeamento das matas públicas na ilha das Flores e qual a percentagem de rendimentos da exploração das matas públicas que reverte a favor das autarquias.

O Secretário Regional informou que a colocação de matas públicas para venda depende de diferentes fatores, como a necessidade de rejuvenescer e reconverter áreas florestais públicas, a procura por material lenhoso, a oferta do setor público versus o setor privado e a capacidade de exploração e transformação existente nas ilhas. Nas ilhas onde não existe carência, o Governo não tem colocado matas públicas à venda, para não competir com o setor privado.

Na ilha das Flores, não tem havido pedidos para corte de matas públicas e desde 2010 a Direção Regional dos Recursos Florestais tem autorizado em média, por ano, cerca de 0,4 hectares de criptomérias, o que tem assegurado as necessidades locais. De qualquer forma, o Governo está disponível para, de forma sustentável, e se existir interesse dos empresários locais, desenvolver a fileira florestal, à semelhança do que se verifica em São Miguel e Terceira. Acresce que os povoamentos de criptomérias na ilha das Flores estão em bom estado sanitário, e a Direção Regional tem feito um levantamento de todo o perímetro florestal, que será atualizado este ano, através de um drone.

O Secretário Regional informou ainda que a Região tem cerca de 260 hectares de mata pública de criptoméria, acrescidos de 230 hectares privados, na ilha das Flores. O Governo pretende acautelar o rejuvenescimento destes povoamentos de mata e estima que no prazo de 5 a 10 anos seja feita uma oferta pública da madeira, com um corte de três hectares por ano, destinadas a exportação e devidamente certificadas. Considera que há falta de meios técnicos, humanos e financeiros locais para a exploração das referidas matas nas Flores, sendo importante formar mais pessoas nesta área. Indicou ainda que o produto da venda das matas públicas constitui receita do Orçamento Regional.



O deputado Bruno Belo fez uma comparação com as matas públicas existentes no concelho de Nordeste, em São Miguel, e perguntou o que Governo pretende fazer, no prazo de 5 a 10 anos, para criar condições para a exploração das matas públicas nas Flores.

O Secretário Regional declarou que no Nordeste as áreas de matas eram mais antigas e algumas apresentavam sinais que sugeriam uma intervenção, pelo que foi feita a exploração da madeira em 2014, rejuvenescendo as matas em causa e não entrando em concorrência com os agentes privados. Foram tomadas medidas importantes como a certificação da gestão florestal, como forma de diferenciação, e a obrigatoriedade de exportar a madeira. Entre 2014 e 2016 foram cortados cerca de 63 hectares, dos 207 hectares colocados a concurso, estando a ser exportados cerca de 100 contentores, de 40 pés, de madeira, por ano para os Estados Unidos da América, com perspectivas de aumento. Na ilha das Flores deve-se seguir o mesmo caminho, mas que tal dependerá, também, do interesse dos privados.

A deputada Mónica Rocha perguntou se as áreas em corte estão a satisfazer a procura, se o Governo tem registado pedidos de corte de mata pública na ilha das Flores e qual a estratégia para o futuro.

O Secretário Regional afirmou que as áreas privadas autorizadas para corte resultam de pedidos feitos de empresas locais e no que diz respeito às matas públicas não têm sido colocadas à venda, para evitar concorrência com os privados, pelo que o Projeto de Resolução não se justifica, uma vez que o estado sanitário das matas nas Flores é bom. A estratégia Governo passa por promoção de contactos diretos com empresários nacionais e internacionais, participação em feiras, envio de amostras, certificação da madeira de criptoméria e fomento das exportações, garantindo sempre a sustentabilidade do setor.

A deputa Catarina Cabeceiras afirmou que é importante perceber o estado real das matas na ilha das Flores, tendo perguntado qual era o motivo para aguardar 5 a 6 anos; se se justifica comercialmente realizar este corte, em termos de quantidade e qual o trabalho feito pela empresa Azorina no âmbito da fileira da madeira, na programação sustentável do corte e reflorestação.

O Secretário Regional respondeu que o estado de maturação das matas não justifica que se avance para o corte, aliado ao facto de não existir interesse comercial de privados na



exploração das matas nas Flores. Relativamente à Azorina, afirmou que esta empresa não está sob a sua alçada, pelo que não dispõe de informação suficiente.

O deputado Luis Rendeiro considera que a questão das matas e da fileira florestal é muito mais abrangente do que a ilha das Flores, pelo que esta proposta é demasiado local e específica. Considera ainda que não percebe o motivo da falta de mão de obra qualificada e disponível para a fileira da madeira, devido ao investimento feito em formação, tendo perguntado qual o valor estimado da criptoméria existente nas matas das Flores e qual a expectativa do Governo Regional na criação de emprego na fileira florestal.

O Secretário Regional reforçou que o estado sanitário das matas nas Flores é bom e não justifica uma intervenção. Acresce que não dispõe de informação suficiente relativamente ao valor estimado da criptoméria na ilha das Flores e do número de empregos, pois isso depende de fatores externos ao Governo Regional dos Açores.

O deputado Bruno Belo salientou que a madeira da ilha das Flores é de melhor qualidade, pela flexibilidade que o vento provoca, e perguntou quantos são os operadores existentes nos Açores e quais os mercados de destino da exportação da criptoméria.

O Secretário Regional respondeu que não consegue precisar o número de operadores a exportar, mas os mercados principais de destino são o continente português e os Estados Unidos da América.

➤ **A Comissão Permanente de Economia, no dia 18 de julho de 2017, procedeu à audição do Presidente da Associação Agrícola da Ilha das Flores, Válter Duarte Pimentel Câmara, na delegação da ALRAA na Ilha das Flores.**

O Presidente da Associação entende que se pode fazer o corte da madeira, desde que se faça a reflorestação e a madeira estiver em bom estado de maturação. Referiu ainda preferia que fosse uma empresa das Flores a fazer o corte e a exploração da madeira, garantindo emprego para os habitantes das Flores. Perguntou se já tinha sido estabelecido algum preço e se a madeira seria vendida em toSCO ou serrada.



O deputado Manuel Pereira demonstrou a sua preocupação com as matas detidas por privados e perguntou se tem noção da área de mata cortadas por ano; qual o estado de manutenção das matas e se as matas servem para proteção e abrigo das pastagens e não apenas para produção de madeira para comercialização.

O Presidente da Associação afirmou que não dispõe de informação suficiente e de conhecimentos técnicos sobre o volume de área de mata cortada, mas estima ser reduzido. Entende que só os técnicos poderão atestar o estado de maturação das matas, ainda que as matas sejam muito antigas. Confirmou ainda que existem alguns abrigos em criptoméria usados nas pastagens, pelo que devemos ter cuidado com a quantidade de mata a cortar.

O deputado Manuel Pereira perguntou se se recorda de uma empresa privada, da Terceira, que em anos anteriores procedeu ao abate de matas nas Flores e qual o destino dado à mata cortada.

O Presidente da Associação afirmou que a mata permaneceu no local e apodreceu.

O deputado José Ávila fez referência às preocupações levantadas, ao nível da reflorestação, da possibilidade de criação de emprego e de oportunidades para as empresas locais. Perguntou se concorda com a proposta apresentada.

O Presidente da Associação respondeu que concorda com as mais valias que podem advir para a ilha das Flores, no emprego, na restauração e hotelaria, mas não se deve inviabilizar a venda de madeira pelos privados.

A deputada Mónica Rocha perguntou se encontra alguma oportunidade nos subprodutos da criptoméria e no potencial da madeira.

O Presidente da Associação considera que há empresas das Flores que “importam” madeira, pelo que há uma oportunidade em substituir estas importações pela produção local, deixando assim mais rendimentos na ilha das Flores.



- **A Comissão Permanente de Economia, no dia 18 de julho de 2017, procedeu à audição do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores, José Carlos Pimentel Mendes, na delegação da ALRAA na Ilha das Flores.**

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores entende que este Projeto de Resolução incide sobre questões técnicas e, por isso, cabe aos técnicos competentes deliberarem se os cortes devem ser feitos e se a madeira está no estado de maturação adequado. Indicou ainda que a ilha das Flores faz parte da Reserva Natural da Biosfera, pelo que se deve ter cuidado com os cortes, para não descaracterizar a ilha, considerando ainda que as empresas locais não estão devidamente preparadas, para concorrer e explorar a madeira. Informou ainda que teve a visita dos deputados do PSD do PCP eleitos pela ilha das Flores, a indicar que não iriam estar presentes nesta audição.

O deputado Manuel Pereira perguntou se o corte das matas não irá implicar algum prejuízo para as explorações agrícolas; se a autarquia tinha noção da quantidade de criptoméria usada na construção civil local e tinha conhecimento do destino dado à madeira cortada nas Flores há uns anos atrás, por uma empresa da ilha Terceira.

O Presidente José Mendes afirmou que devem ser acuteladas as matas que servem de proteção e abrigo às pastagens, sendo importante saber quem são os donos das matas, de forma a delimitar e identificar corretamente as “manchas”. Quanto ao negócio realizado no passado, considera que este não correu muito bem, porque não existe muito procura desta madeira, porque os custos de exploração e dos equipamentos são elevados, ficando mais barato, em alguns casos, importar madeira do que cortar e explorar localmente.

A deputada Mónica Rocha perguntou se o Presidente da Câmara de Santa Cruz tinha conhecimento de alguma zona de matas em perigo ou risco de instabilidade, tendo este afirmado que não tinha conhecimento de tal situação.





- **A Comissão Permanente de Economia, no dia 18 de julho de 2017, procedeu à audição do Presidente da Câmara Municipal de Lajes das Flores, Luís Carlos Martins Maciel, na delegação da ALRAA na Ilha das Flores.**

O Presidente da Autarquia afirmou, desde logo, que não tem muito conhecimento sobre o Projeto de Resolução.

O deputado Manuel Pereira perguntou se o facto de uma parte das matas públicas estar localizada em terrenos baldios (tapadas) não iria dificultar a delimitação e identificação da zona das matas a cortar, e se tinha conhecimento do estado de conservação e da necessidade de reflorestação das matas. Questionou ainda se o corte das matas terá implicações no abrigo das pastagens e consequentemente na quebra de produção e de rendimentos dos lavradores e se existe procura de criptoméria para uso na construção civil.

O Presidente Luis Maciel entende que é necessário fazer um levantamento exaustivo das matas da região, mas que não tem conhecimentos técnicos sobre o estado de maturação das matas e do impacte no ambiente e na paisagem. Considera que se deve ter em conta o interesse e rentabilidade económica em explorar as matas, pois se existir procura e os rendimentos forem superiores aos custos de exploração, então o Governo deve avançar. Além disso, entende que é importante acautelar que o corte das matas não provoque um elevado impacte ambiental e que não tem conhecimento sobre a procura da madeira de criptoméria usada na construção civil local.

A deputada Mónica Rocha questionou se tem conhecimento de alguma zona com instabilidade ou risco público de derrocada, tendo o autarca respondido que não tem conhecimento desta situação.

**A Comissão Permanente de Economia deliberou solicitar pareceres, por escrito, às seguintes entidades:**

- Associação Ecológica Amigos dos Açores;
- Ambiflores;



---

### 3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

---

O **Grupo Parlamentar do PS** emite parecer **desfavorável** relativamente ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do PSD** emite parecer de **abstenção** relativamente ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do CDS/PP** emite parecer de **abstenção**, com reserva para plenário, relativamente ao Projeto de Resolução em análise.

O **Grupo Parlamentar do BE** emite parecer de **abstenção**, com reserva para plenário, relativamente ao Projeto de Resolução em análise.

---

### 4º. CAPÍTULO – CONCLUSÕES E PARECER

---

A Comissão Permanente de Economia deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, e abstenção do PSD, CDS e BE, emitir **parecer desfavorável** ao Projeto de Resolução em análise.

Ponta Delgada, 18 de setembro de 2017.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi aprovado por maioria, com os votos favoráveis do PS, CDS e BE e com a abstenção do PSD.

Ao presente relatório são anexos os pareceres por escrito.

O Presidente

Miguel Costa

**Duarte Silveira**

---

**Assunto:**

FW: Reflorestação de criptomérias nas Flores

**De:** Ambiflores ambiente <ambifloresambiente@gmail.com>

**Data:** 5 de abril de 2017, 12:57:06 AZOST

**Para:** Miguel Costa <micosta@alra.pt>

**Assunto: Re: Reflorestação de criptomérias nas Flores**

EX.mo Senhor

Miguel Costa

A Ambiflores concorda, de uma forma geral, com o corte de matas de criptoméria que estão envelhecidas e até já com marcas de apodrecimento no interior, das quais nos foram fornecidas algumas fotos.

Claro é que a demora no seu abate se traduzirá em prejuízos, dada a qualidade da madeira ser afectada e haver atraso no posterior reflorestamento

Mas também gostaríamos de saber quais são as matas, áreas e calendarização, elementos que pelos vistos não é possível fornecer.

Contudo achamos urgente avançar...

Com os melhores cumprimentos.

Pela Ambiflores,  
Isabel Magalhães

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1221	Proc. n.º 109
Data: 017.104.12	N.º 14.181